



**TERMO DE REFERÊNCIA**

**1. DO OBJETO:**

1.1. Constitui-se como objeto do presente Termo de Referência a **“FORNECIMENTO E EXECUÇÃO DE FORMA CONTÍNUA DE SISTEMA DE CONTRACHEQUE ONLINE, PARA SUPORTE ADMINISTRATIVO FINANCEIRO NO GERENCIAMENTO DAS ATIVIDADES DA CÂMARA MUNICIPAL DE PARINTINS, REFERENTE A FOLHA DE PAGAMENTO”**.

**2. DA JUSTIFICATIVA:**

2.1. O presente Termo de Referência, servirá para que a Câmara Municipal de Parintins possa contratar uma pessoa jurídica de direito privado, para a execução de forma contínua, nos termos do inciso II, do art.57, da Lei nº. 8.666/93, dos Seguintes sistemas que servirão como suporte administrativo financeiro, no gerenciamento das atividades deste Poder Legislativo Municipal, referentes à: Folha de pagamento.

2.2 O controle de Contracheque Online permite que os servidores deste poder, possam consultar suas remunerações através de um cadastro criado pelo Departamento de Recursos Humanos. Na Consulta Contracheque é possível fazer a busca utilizando filtros como nome, ano, mês, unidade de exercício, entre outros.

**3. DAS ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES E VALOR ESTIMADO DO OBJETO:**

3.1. A tabela abaixo apresenta de forma resumida a especificação do serviço e a média de preços praticados no mercado nacional conforme cotações que seguem anexas:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO	UND	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	“Contracheque Online.”	ANUAL	01	R\$ 7.283,33	R\$ 7.283,33
VALOR MÉDIO GLOBAL				R\$ 7.283,33	

**4. DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA:**

4.1. Além das obrigações resultantes da aplicação da Lei 8.666/93 e demais normas pertinentes, são obrigações da Contratada:



- 4.1.1. Indicar, quando da emissão do termo contratual, o endereço, telefone fixo, celular de contato do escritório de representação ou da sede da empresa, qualquer que seja seu endereço;
- 4.1.2. Executar o serviço de acordo com as condições, prazo, especificações qualitativos e quantitativos estipulados neste Termo de Referência;
- 4.1.3. Prestar todos os esclarecimentos e informações que forem solicitados pela Contratante, de forma clara, concisa e lógica, atendendo de imediato às reclamações;
- 4.1.4. Levar, imediatamente, ao conhecimento do fiscal do termo contratual, qualquer fato extraordinário ou anormal que ocorrer na execução do serviço contratado, para adoção das medidas cabíveis;
- 4.1.5. Remover, reparar ou substituir a suas expensas, o equipamento quando forem constatados falha, defeito, incorreção ou qualquer dano, imediatamente;
- 4.1.6. Manter todas as condições de habilitação e qualificação, que ensejaram sua contratação;
- 4.1.7. Arcar com todas as despesas, diretas e indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas, sem qualquer ônus a CONTRATANTE, inclusive transporte até o local indicado, tributos, taxas, encargos sociais e trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais ou quaisquer outros resultantes da sua condição de empregadora;
- 4.1.8. Cumprir rigorosamente os prazos estipulados neste Termo de Referência.

## 5. DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE:

5.1. Além das obrigações resultantes da aplicação da Lei nº 8.666/93 e demais normas pertinentes, são obrigações do Contratante:

- 5.1.1. Proporcionar todas as condições para que a Contratada possa entregar o serviço de acordo com as determinações do Termo de Referência;
- 5.1.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas deste Termo de Referência e dos termos de sua proposta;
- 5.1.3. Exercer o acompanhamento e a fiscalização do fornecimento, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando a data, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;
- 5.1.4. Notificar a Contratada por escrito de quaisquer ocorrências relacionadas à execução do serviço, fixando prazo para a sua correção;
- 5.1.5. Efetuar o pagamento nas condições pactuadas;
- 5.1.6. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Contratada.



- 5.1.7. Assegurar os recursos orçamentários e financeiros para custear a aquisição e promover os pagamentos dentro dos prazos convencionados;
- 5.1.8. Processar e liquidar a fatura correspondente no valor da Ordem Bancária;
- 5.1.9. Observar as leis, decretos, regulamentos, portarias e demais normas legais, direta e indiretamente aplicáveis;

#### 6. DO VALOR ESTIMADO DA AQUISIÇÃO:

- 6.1. Os valores e quantitativos a que se refere esse Termo de Referência são estimados em **R\$ 7.283,33 (Sete mil, duzentos e oitenta e três reais e trinta e três centavos)**, conforme planilha de cotação de preços de mercado em anexo.
- 6.2. O valor global contempla todos os valores para a prestação de serviços, por sistema, bem como o valor de cada Licença Reset.

#### 7. DO RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS /PRAZO DE ENTREGA:

- 7.1 Será considerado para efeito de pagamento os serviços efetivamente entregues pela CONTRATADA e aprovado pelo setor responsável pelo recebimento, respeitada a rigorosa correspondência com o presente Termo de Referência.
- 7.2 Após a verificação, através de comunicação oficial do responsável pelo recebimento do serviço, serão indicadas as eventuais correções e complementações consideradas necessárias ao Recebimento Definitivo, bem como estabelecido o prazo para execução;
- 7.3 O serviço licitado deverá ser executado diretamente no estabelecimento da CONTRATANTE no prazo máximo de até 5 (cinco) dias, contados da assinatura do termo contratual.

#### 8 – DAS SANÇÕES PREVISTAS:

- 8.1 O atraso injustificado na execução dos fornecimentos sujeitará a CONTRATADA à multa de:
  - a) 0,5% (cinco décimos por cento) do valor total empenhado por dia de atraso injustificado, limitada a incidência a 10 (dez) dias;
  - b) 10% (dez por cento) do valor total empenhado, no caso de configuração de inexecução parcial;
  - c) 15% (quinze por cento) do valor total empenhado, no caso de configuração de inexecução total.
- 8.2 Será configurada a inexecução parcial quando houver atraso injustificado por mais de 10 (dez) dias após o término do prazo fixado para a entrega do serviço, até o limite de 30 (trinta) dias.
- 8.3 Será configurada a inexecução total do serviço, quando:



ESTADO DO AMAZONAS  
CÂMARA MUNICIPAL DE PARINTINS  
SECRETARIA ADMINISTRATIVA - SEAD



a) houver atraso injustificado por mais de 30 (trinta) dias após o término do prazo fixado para a entrega do serviço, sem que qualquer parcela do serviço tenha sido entregue;

b) todo o fornecimento não for aceito pela fiscalização por não atender às especificações.

8.4 A CONTRATANTE poderá rescindir a avença, em caso de inexecução do seu serviço.

8.5 O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado a CONTRATADA.

8.5.1 Se o valor do pagamento for insuficiente, fica a CONTRATADA obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial.

8.5.2 Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela CONTRATADA ao CONTRATANTE, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

8.6 Pela inexecução total ou parcial do serviço, a Administração da Câmara Municipal de Parintins poderá, garantida a prévia defesa, aplicar a CONTRATADA as seguintes sanções:

8.6.1 advertência;

8.6.2 suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração da Câmara Municipal de Parintins, pelo prazo de até 2 (dois) anos;

8.6.3 declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a Administração da Câmara Municipal de Parintins pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem anterior;

8.6.4 se o motivo ocorrer por comprovado impedimento ou por motivo de reconhecida força maior, devidamente justificado e aceito pela Administração da CONTRATANTE, a CONTRATADA ficará isento das penalidades mencionadas;

8.6.5 as sanções de advertência, suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração da Câmara Municipal de Parintins, e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas a CONTRATADA juntamente à de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

## 9 – DOS CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE DOS SERVIÇOS E PAGAMENTO:

9.1 Nos termos dos artigos 73 a 76 da Lei 8.666/1993, o serviço desta licitação será recebido:

9.1.1 **Provisoriamente**, no ato da entrega do serviço, para posterior verificação da conformidade com as especificações e amostras aprovadas pela CONTRATANTE.

9.1.1.1 Se for constatada desconformidade do objeto apresentado em relação às especificações do serviço, a CONTRATADA deve efetuar os reparos, de forma imediata, a contar do recebimento da solicitação.



9.1.1.2 Neste caso, o recebimento dos serviços escoimados dos vícios que deram causa a sua troca será considerado recebimento provisório, ensejando nova contagem de prazo para o recebimento definitivo.

9.1.2 **Definitivamente**, contados do recebimento provisório, após criteriosa inspeção e verificação de que os serviços adquiridos encontram-se em perfeitas condições, além de atender às especificações do serviço contratado.

9.1.3 A CONTRATADA deve apresentar, após o recebimento definitivo pela CONTRATANTE, Nota Fiscal, em duas vias, emitida e entregue à Câmara Municipal de Parintins ao setor responsável pela fiscalização do termo contratual, para fins de liquidação e pagamento.

9.1.4. O pagamento será efetuado pela CONTRATANTE no prazo de até 30 (trinta) dias, contado do recebimento definitivo do(s) serviço(s), e dos respectivos documentos comprobatórios, mediante ordem bancária creditada em conta corrente do CONTRATADO.

## 12 – DA FISCALIZAÇÃO:

12.1. A fiscalização da execução do serviço do termo contratual será exercida por servidor nomeado pelo Contratante, nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93;

12.2. Ao CONTRATANTE reserva-se o direito de rejeitar o serviço licitado fornecido em desacordo com o estabelecido no presente Termo de Referência;

12.3. A fiscalização exercida pelo Gestor do CONTRATANTE não excluirá ou reduzirá a responsabilidade da CONTRATADA pela completa e perfeita execução dos itens desse Termo de Referência.

## 13 – DA CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

13.1. Os recursos orçamentários necessários ao atendimento do objeto deste Termo de Referência serão alocados pela Secretaria de Contabilidade em consonância com os elementos da despesa previstos no Orçamento de 2022 para a Câmara Municipal de Parintins.

## 14 – DA FORMA DE PAGAMENTO:

14.1. A Nota Fiscal do serviço deverá ser remetida com antecedência mínima de 10 (dez) dias úteis em relação à data de seu vencimento, para que o Fiscal do Contrato possa realizar sua verificação e, não havendo problemas, emitir o ATESTO.

14.1.1. A Nota Fiscal deve estar preenchida com a descrição detalhada dos itens do serviço, o número do Contrato e os dados bancários da Contratada;

14.1.2. Junto com a Nota Fiscal, deverá apresentar a comprovação de regularidade, junto ao Sistema da Seguridade Social (CND), ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), às Fazendas Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede da contratada e da certidão



negativa de débitos trabalhistas (CNDT), sem que isso gere direito a alteração de preços ou compensação financeira.

14.1.3. O não envio das certidões juntamente com as notas fiscais, ou ainda que as mesmas estejam disponíveis para emissão, não desobriga a Câmara Municipal de Parintins a efetuar o pagamento das Notas Fiscais que constem o serviço devidamente entregue e atestado pelo gestor do Contrato.

14.2. Sendo identificada cobrança indevida, os fatos serão informados à Contratada, e a contagem do prazo para pagamento será reiniciada a partir da reapresentação da Nota Fiscal devidamente corrigida.

14.3. O ACEITE do serviço entregue por força desta contratação será feito mediante ateste das Notas Fiscais, correspondendo tão somente aos serviços efetivamente entregues.

## 15 – DAS PENALIDADES:

15.1. A CONTRATADA se sujeita às penalidades abaixo estipuladas, que só deixarão de ser aplicadas nas seguintes hipóteses:

- a) comprovação, pela CONTRATADA, da ocorrência de força maior impeditiva do cumprimento contratual;
- b) manifestação da unidade requisitante, informando que o ocorrido derivou de fatos imputáveis ao CONTRATANTE.

15.2. No caso de serviço injustificado, assim considerado a inexecução parcial ou a inexecução total do serviço, com fundamento nos artigos 86 e 87 da Lei nº. 8.666, de 21/06/1993, a Contratada ficará sujeita, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, assegurada a prévia e ampla defesa, às seguintes penalidades:

- a) advertência;
- b) multa de:
  - 20% (vinte por cento) sobre o valor adjudicado, acaso descumpridos os prazos contratuais ou de inexecução parcial da obrigação assumida;
  - 30% (trinta por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;
- c) suspensão temporária do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a Câmara Municipal de Parintins pelo prazo de até dois (2) anos.

15.3. Se qualquer um dos motivos ocorrer por comprovado impedimento ou reconhecida força maior, devidamente justificado e aceito pelo Contratante, a Contratada ficará isenta das penalidades supramencionadas.

15.4. A multa, citada acima, será recolhida diretamente ao CONTRATANTE, no prazo máximo de quinze (15) dias corridos contados do recebimento da notificação; ou descontada dos pagamentos devidos.



15.5. As sanções de multa poderão ser aplicadas à contratada juntamente com as de advertência, suspensão temporária para licitar e contratar com a Câmara Municipal de Parintins, e impedimento de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

15.6. Das decisões de aplicação de penalidade caberá recurso nos termos do art. 109 da Lei nº. 8.666, de 21/06/1993, observados os prazos ali fixados.

#### 16. DA VIGÊNCIA DO CONTRATO/GARANTIA:

16.1. Para a execução do serviço aqui especificado, a carta-contrato decorrente do presente Termo de Referência terá o prazo de vigência contado da data da sua assinatura, com eficácia após a publicação de seu extrato no Diário Oficial dos Municípios e no Portal da Câmara Municipal de Parintins.

16.2. Durante o prazo de vigência da garantia, a CONTRATADA deverá executar toda manutenção preventiva e corretiva se necessárias, a fim de manter o objeto licitado em perfeitas condições de uso e funcionamento ininterruptamente, sem ônus para o CONTRATANTE.

16.3. A Garantia do o serviço licitado contra todos os defeitos, vícios e falhas de execução e funcionamento, considerando-se as condições normais de uso, por um período de no mínimo 12 (doze) meses, a partir do recebimento definitivo.

#### 17 – DA PROPOSTA DE PREÇO:

17.1 A proposta de preço deverá atender aos seguintes requisitos:

14.1.1 Prazo de validade da proposta de, no mínimo, 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação;

14.1.2 Conter especificação clara e completa do item ofertado, observadas as especificações constantes deste Termo de Referência;

14.1.3 Conter os preços unitários e o preço global dos itens descritos na Planilha deste Termo. Os preços devem ser expressos em R\$ (reais) com aproximação de até duas casas decimais;

#### 18 – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:

18.1 O procedimento licitatório obedecerá, integralmente, as normas da Lei nº 8.666/93 e suas alterações (Decreto nº 9.412/18), Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, Lei 11.488, de 15 de junho de 2007 (art. 34) e demais normas complementares, que disciplinam a licitação em epígrafe e integrarão o ajuste correspondente.

Câmara Municipal de Parintins, 02 de maio de 2022.



ESTADO DO AMAZONAS  
CÂMARA MUNICIPAL DE PARINTINS  
SECRETARIA ADMINISTRATIVA - SEAD



**ROZENILCE SILVA DOS SANTOS**  
Secretária Administrativa  
Portaria nº 018/2021-CMP

*APROVO (art. 8º, inciso I e II, do Dec. Federal nº 3.555/2000).*

**MATEUS FERREIRA ASSAYAG**  
Presidente da Câmara Municipal de Parintins